

NOTÍCIAS

“Melhores Empresas para Trabalhar” em 2016

Negócios da China

Quando a contabilidade deixa de ser um enigma

Assembleia Geral de Naves SCR

Risco como uma parte da vida da empresa

Media

“A morte como um ato de consumo” entre outros...

PANORAMA

Petição internacional contra a prática da maternidade de substituição

A contribuição dos imigrantes para mitigar população envelhecida

A lei do sangue

“O Desafio”

www.aese.pt

DOCUMENTAÇÃO

Os coveiros do capitalismo

Uma mudança não apenas económica

AGENDA

Educação diferenciada: uma opção

Lisboa, 7 de abril de 2016

PADIS

Lisboa, 12 de abril de 2016

Negociar bem, negociar melhor

Lisboa, 13, 14 e 15 de abril de 2016

O impacto do turismo no setor imobiliário

Lisboa, 13 de abril de 2016
Funchal, 14 de abril de 2016

Open House com Philip Moscoso do IESE

Lisboa, 18 de abril de 2016

Criar riqueza através de novas iniciativas

Lisboa, 21 de abril de 2016

31 de março de 2016

Uma parceria Exame, everis e AESE Business School

“Melhores Empresas para Trabalhar” em 2016

A iniciativa “Melhores Empresas para Trabalhar” reúne, em 2016, a revista EXAME, a consultora everis e a AESE Business School numa nova parceria.

Esta nova edição do projeto pretende identificar uma boa empresa onde trabalhar e destacar também uma organização de excelência na sua relação com as pessoas e a sociedade.

O estudo consiste numa análise multidimensional que conjuga a aferição do índice global de satisfação do colaborador, com a avaliação do grau de atuação responsável da sua empresa.

“Pretendemos colocar uma marca neste projecto multidisciplinar, alargar os horizontes e, com o estudo, além de aferir o grau de compromisso com a empresa, procurare-

mos analisar dimensões ainda mais abrangentes. Por exemplo, está definido um conjunto de critérios que têm que ver com a capacidade de serviço à sociedade e que meçam a atitude de abertura às necessidades e problemáticas atuais”, explica a Prof. Maria de Fátima Carioca, Dean da AESE.

As empresas podem participar neste grande desafio, a partir de 31 de março, devendo para isso inscrever-se para o efeito no site www.melhorempresasparatrabalhar.pt, até ao dia 20 de maio.

A metodologia foi desenvolvida pela consultora everis, e apesar de ser, nalguns aspetos, similar às anteriores, distingue-se sobretudo pelo posicionamento diferenciador e pelo foco que pretende dar ao colaborador. Segundo Fátima Carioca, depois do tratamento estatístico



dos questionários, a AESE realizará um estudo para estabelecer o paralelismo entre os dados nacionais e os internacionais, numa comparação que também pretende identificar tendências.



Os resultados do estudo serão publicados na revista EXAME e as distinções culminarão na Gala Melhores Empresas para Trabalhar que será divulgada oportunamente. Os prémios serão atribuídos tendo em conta universos comparáveis, no que respeita a número de colaboradores e ao volume de faturação.

A participação nesta iniciativa é gratuita e permite, ainda, a todas as empresas participantes, o acesso a um relatório individual com os resultados obtidos, bem como os resultados globais das empresas consideradas como as Melhores Empresas para Trabalhar. ▣



Equipa da AESE: Lúcia Vasco, Prof. Agostinho Abrunhosa, Prof. Maria de Fátima Carioca e Rita Lago da Silva

[Xangai, 14 de março de 2016](#)

[Semana internacional do 41.º PADE](#)

Negócios da China

De 13 a 16 de março, a AESE organizou a viagem anual do [PADE](#) à China. Os participantes da 41.ª edição foram acompanhados pela Dean, a Prof. Maria de Fátima Carioca, pelo Diretor do Programa de Alta Direção de Empresas, Prof. Pedro Ferro, e pelo Responsável Académico, o Prof. Adrián Caldart (na fotografia em baixo).

No dia da chegada, os participantes foram acolhidos pelo Cônsul geral de Portugal em Xangai, João Pedro Fins do Lago, que proferiu uma conferência sob o tema “Portugal e China: retrato breve de uma relação bilateral cada vez mais profunda e alargada.” As experiências pessoais dos empresários portugueses a residir localmente foram outro ponto alto da noite. Diogo Garcês Reis, representante da CCA ONTIER, comentou os desafios encontrados pelas Empresas Portu-

guesas na China. César Tavares, Country Manager da Gallo Worldwide, explorou a “China Digital”. Tiago Brito, na qualidade de representante da Transitex China International Freight Forwarders Co, colocou em cima da mesa a estratégia e os desafios encontrados pela sua organização no maior e no mais competitivo mercado. Neste encontro, estiveram ainda presentes Inês Almeida Garrett, do Turismo de Portugal, e Omar Puertas, General Manager da Cuatrecasas.

No dia seguinte, as sessões de trabalho decorreram na CEIBS – China Europe International Business School. O Prof. David Gosset, Diretor da Academia Sinica Europeia e fundador do EU-China Forum, introduziu os presentes no mundo chinês. Seguidamente, o Dr. Chen, Professor de Marketing, de-



41.º PADE com os Professores da AESE



envolveu a matéria sobre a importância do mercado digital.

A semana intensiva incluiu ainda visitas a empresas sediadas na China, como a Shop N.º 1 Yihaodian e o Fosun Group, um dos grandes grupos chineses que têm investido em Portugal, nos últimos anos. O enquadramento foi feito pelo Prof. Gary Liu, da CEIBS, conhecedor na Economia Chinesa e na gestão da grande transformação vivida.

De regresso a Lisboa, as aulas do 41.º PADE retornarão o seu horário habitual na sede da escola em Lisboa. ▣



Visita à Shop N.º. 1 Yihaodian

Lisboa, 21 e 22 de março de 2016

1.ª edição do seminário AESE

Quando a contabilidade deixa de ser um enigma

A análise de contas é um problema para muitos dirigentes. Por essa razão, a AESE organizou pela primeira vez o seminário “Contabilidade para gestores”, a fim de os habilitar a comunicar a situação económica e financeira da empresa, e responder aos stakeholders, com base no domínio dos conceitos fundamentais.

O seminário realizou-se nos dias 21 e 22 de março, na AESE, em Lisboa.

Paulo Gamito, Administrador Executivo da Baía do Tejo, considerou a formação da AESE “muito interessante, muito prática e de enorme qualidade. Destaco a partilha de conhecimento dos três Professores [Rafael Franco, Fraústo Ferreira e Rafael Dolores], conseguindo, todos eles, criar uma dinâmica



muito positiva em torno de um tema bastante complexo.” ■

[Lisboa, 28 de março de 2016](#)

[Por novas iniciativas empresariais](#)

Assembleia Geral de Naves SCR

No passado dia 28 de março de 2016, teve lugar, na AESE, a Assembleia Geral de Acionistas de Naves SCR. Esta sociedade de capital de risco, que tem a AESE como promotora, apresentou os resultados financeiros e de negócio de 2015. Naves SCR tem atualmente uma carteira de investimentos valorizada em cerca de 1,5 milhão de euros e composta por 10 start-ups em diferentes setores de atividade e com desafios diversos, inerentes às fases iniciais de desenvolvimento em que se encontram.

O ano de 2015 foi um ano de viragem, com acontecimentos e decisões muito importantes para Naves SCR, destacando-se: a eleição do novo Conselho de Administração, constituído pelo Prof. José Ramalho Fontes, Prof. Manuel Dias Ferreira, Miguel Alpendre (1.º Exe-

cutive MBA) e o Advisor Afonso Barbosa (5.º Executive MBA); a contratação da Diretora Executiva, Rita Sousa (3.º Executive MBA); a implementação do novo plano estratégico com vista ao reposicionamento do modelo de negócio e de financiamento da sociedade e a realização de um aumento de capital destinado a atuais e novos acionistas, incluindo Alumni da AESE. De referir com satisfação sobre este último aspeto, que o número de acionistas de Naves SCR passou para 90 e tendo sido subscrito um valor de 109.000€.

Com renovada confiança, Naves SCR está já a trabalhar no levantamento do seu primeiro fundo de Capital de Risco, para outubro de 2016, com o qual poderá apoiar novos projetos de investimento prioritariamente provenientes da rede da AESE, ou de outros promotores. ■



Prof. Afonso Barbosa, Prof. Manuel Dias Ferreira, Prof. José Ramalho Fontes, Rita Sousa e Miguel Alpendre

[Lisboa, 1 de março de 2016](#)

[Com o Prof. Francisco Vieira e Pedro Penalva da AON](#)

Risco como uma parte da vida da empresa

“A gestão de riscos como fator de diferenciação” foi a sessão de continuidade que juntou os Alumni na AESE, em Lisboa, a 1 de março de 2016. A sessão iniciou-se com a intervenção do Prof. Francisco Vieira (33.º [PADE](#)) que situou o Risco como uma realidade inerente à atividade empresarial. O que pode diferenciar as empresas é a forma como encaram a gestão de riscos, eliminando ou não os mais graves e procurando controlar os restantes. “ Há riscos que não se controlam, apenas se mitigam”, afirmou Francisco Vieira.

Na sequência da sua intervenção, apresentou a diferença entre os Riscos Operacionais e os "Enterprise Risks" e explicou a matriz de abordagem integral de riscos.

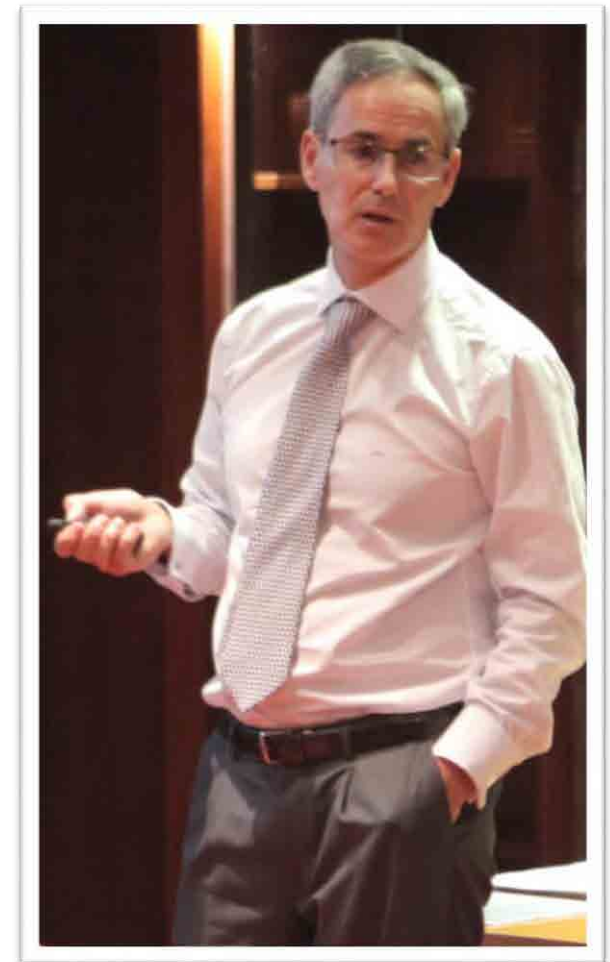
Com vários exemplos nacionais e internacionais, focou a importância da intervenção da Direção-Geral na

previsão e gestão de vários tipos de risco.

Pedro Penalva (9.º [PDE](#)) apresentou os principais resultados do Global Risk Analysis da AON, através do qual se conclui que, a nível internacional, o principal risco apontado pelos responsáveis das empresas se relaciona com os "Danos à reputação da Marca". Por outro lado, os riscos cibernéticos aparecem enunciados de forma relevante pela 1.ª vez, desde 2007.

No que se refere à perspetiva dos gestores quanto à tendência dos riscos nos próximos 3 anos, revelou-se muito importante o "Aumento da Concorrência" e a "Dificuldade em Inovar".

A conferência foi seguida de um debate e de um momento de convívio entre os participantes. ■



Prof. Francisco Vieira

AESE nos Media

In “Público”, 21 de março de 2016



A morte como um ato de consumo

Impostos e morte são dois factos desagradáveis da vida. Quem é que, dentro dos limites da lei, podendo pagar menos impostos paga mais? Os distraídos e os palermas. Quem é que, dentro dos limites do natural, podendo viver mais prefere morrer antes? Os deprimidos e os doidos. É são procurar evitar o que é penoso e constrangedor, respeitando natureza e lei positiva, e, quer morte quer impostos, são constrangedores e penosos.

Por isto mesmo, impostos e morte explicam muitos comportamentos aparentemente aberrantes e, às vezes, até induzem condutas realmente insanas. São impostos que levam automobilistas patriotas mas poupados a fazer quarenta quilómetros, “a desperdiçar combustível”, só para ir abastecer a Espanha. É o distante espetro da morte

que faz cidadãos poupados mas sedentários a pagarem a um ginásio para poderem correr em cima de uma passadeira, “a queimar calorias”, como se fossem hamsters. Sendo pois muitas e variadas as anormalidades que se fazem para evitar, ou adiar, impostos e morte, podemos suspeitar quantos problemas pessoais não deixariam de existir, e quantos males sociais não se resolveriam, se, senão a morte, pelo menos os impostos, fossem completamente abolidos.

Uma das principais causas da crise económica que o Japão atravessa há duas décadas, está na insuficiência do consumo interno. Dito de outro modo, o consumo das famílias é muito inferior ao seu rendimento disponível; e só uma fração da poupança que daí se gera é utilizada pelas empresas em investimentos produtivos. Este é



um problema japonês desde há muito.

O facto das famílias procurarem poupar mais do que as empresas pretendem investir, numa situação



em que o Orçamento do Estado e a balança com o exterior estão em equilíbrio, resulta sempre em recessão e desemprego. Para evitar estes males, sem eliminar o excesso de poupança, há duas soluções possíveis: ou se passa a exportar mais do que se importa, ou o setor público passa a gastar mais do que cobra em impostos. O Japão adotou com sucesso a primeira solução a partir do início dos anos sessenta do século passado. Quando, nos anos oitenta, esta primeira válvula de escape deixou de se poder expandir, devido a fricções com os principais mercados de exportação, o governo japonês passou a usar também a segunda solução. Os défices públicos tornaram-se cada vez maiores e foram-se acumulando numa dívida pública tão grande (cerca de 230 % do PIB) que parece não poder permitir mais expansão no uso desta segunda válvula de escape.

Para além da política comercial e da política fiscal, a política monetária também foi usada. Com a expansão da massa monetária e da descida das taxas de juro para

zero, e para baixo de zero por cento, pretendia-se conseguir dois efeitos. O primeiro era tornar tão fácil e tão barato quanto possível o investimento privado (quando as taxas de juro são negativas, quem pede emprestado é pago para levar o dinheiro!). O segundo era desincentivar a poupança das famílias. Deste modo pretendia-se diminuir o excesso de poupança em relação ao investimento. Mas tal como se pode levar o burro ao bebedouro mas não se pode obrigá-lo a beber, pode-se incentivar o investimento e o consumo, mas não é possível obrigar as empresas a investir nem as famílias a consumir. Poucos duvidam que estas políticas já deram o que tinham a dar no Japão e não resolveram o problema do excesso de poupança e da consequente estagnação económica. ■

[Prof. José Miguel Pinto dos Santos](#),
Professor de Economia, Finanças,
Controlo e Contabilidade da AESE

AESE nos media

[A morte como ato de consumo](#)

PÚBLICO - 21.3.2016

AESE nos Media



De 19 a 31 de março de 2016

[Empresários valorizam formação em gestão](#)

JORNAL NEGÓCIOS /NEGÓCIOS EM REDE - 23.3.2016

[A morte como ato de consumo](#)

PÚBLICO - 21.3.2016

[América Latina. Da facilidade ao protecionismo](#)

OJE.PT - 21.3.2016

[Mais vale ser que parecer](#)

EXPRESSO /EMPREGO - 19.3.2016

[“O ‘call center’ deu-me cabo da vida”](#)

OBSERVADOR.PT - 19.3.2016

[Prémio Inovação NOS já tem candidaturas abertas](#)

BIT ONLINE - 18.3.2016

[Prémio Inovação NOS à espera de candidatas](#)

COMPUTERWORLD ONLINE - 18.3.2016

[18 de março de 2016](#)

COMPUTERWORLD ONLINE - 18.3.2016

["América Latina continua a ser uma região de oportunidades"](#)

OJE - 18.3.2016

[Negócios entre a facilidade total e o protecionismo radical](#)

OJE - 18.3.2016

[Sugal Group. Único produtor mundial de tomate com duas colheitas anuais](#)

OJE - 18.3.2016

[Prémio Inovação NOS já tem candidaturas abertas](#)

BIT ONLINE - 18.3.2016

[Universidades e Estabelecimentos de Ensino](#)

MARKETEER - 1.3.2016

AGENDA



Seminário



Seminário
Negociar bem, negociar melhor
Lisboa, 13, 14 e 15 de abril de 2016
[Saiba mais >](#)

Sessões de continuidade



Sessão de continuidade
Educação diferenciada: uma opção
Lisboa, 7 de abril de 2016
[Saiba mais >](#)



Sessões de continuidade
O impacto do turismo no setor imobiliário
Lisboa, 13 de abril de 2016
Funchal, 14 de abril de 2016
[Saiba mais >](#)



Sessões de continuidade
Criar riqueza através de novas iniciativas
Lisboa, 21 de abril de 2016
[Saiba mais >](#)

Programa



Programa
PADIS
Lisboa, 12 de abril de 2016
[Saiba mais >](#)

Evento



Evento
Open House com Philip Moscoso do IESE
Lisboa, 18 de abril de 2016
[Saiba mais >](#)



PANORAMA

Petição internacional contra a prática da maternidade de substituição

Um manifesto publicado em França por personalidades da cultura e da política pediu aos governos que se oponham à prática da maternidade de substituição que viola os direitos das mulheres e das crianças.

A tragédia do terramoto no Nepal revelou a magnitude do chamado “turismo reprodutivo” ([Aceprensa, 8.5.2015](#)). Além disso, deu asas ao movimento que promove a proibição internacional da maternidade de substituição (vulgo “barrigas de aluguer”), que oculta uma evidente exploração de mulheres pobres.

O “stop surrogacy now” nasceu nos Estados Unidos e tem-se estendido pelo Ocidente. Nesta linha, promoveu-se em França um manifesto publicado no [Libération](#), com a assinatura de personalidades da esquerda cultural tão distintas, como os filósofos Michel Onfray e Sylviane Agacinski, o conhecido ativista e hoje eurodeputado verde José Bové, ou a ex-ministra socialista Yvette Roudy. Entre os signatários figura também uma ativista indiana, Ruchira Gupt. A conclusão do escrito é taxativa: “Acreditamos que se deve proibir a GPO (gestação para outrem), porque

constitui uma violação dos direitos humanos das mulheres e das crianças”.

Os direitos das mulheres são violados, porque “a GPO baseia-se frequentemente na exploração das mulheres mais desfavorecidas” em benefício dos casais que se podem permitir comprar, dizem os signatários. “O processo médico da GPO supõe riscos para as mães de substituição, para as mulheres que vendem os seus óvulos e para as crianças nascidas graças a estas técnicas”.



Esta prática “rompe o vínculo materno natural que se estabelece durante a gravidez, um vínculo que os profissionais da medicina estimulam e tratam de reforçar sem cessar”. Os autores da declaração asseguram que “não veem diferença entre a prática comercial da GPO e a compra e venda de crianças”.

Concluem dizendo que “ninguém tem direito a um filho, nem os heterossexuais nem os homossexuais ou os indivíduos que decidiram permanecer solteiros”. Por isso, pedem aos governos e líderes da comunidade internacional que trabalhem conjuntamente para pôr fim a estas práticas.

Entre as assinaturas, incluem-se as de mulheres que foram mães de aluguer, que refletem “o inferno que sofreram”, nas palavras de Marie Jauffret, presidente da CoRP, uma associação a favor do respeito pela pessoa humana, muito mobilizada contra a prática da GPO.

A ordem jurídica francesa não reconhece esse tipo de maternidade, mas não faltam pessoas que, ante o desejo de ter filhos seja como for, recorrem a esta forma nos Estados Unidos ou em países asiáticos. Por isso, os responsáveis do movimento consideram necessária uma norma abolicionista internacional. Assim o sublinha, por exemplo, Muriel

Fabre-Magnan, professora de Direito na Universidade de Paris (a clássica Sorbone), autora de “La Gestation pour autrui”, Fayard, 2013.

Justamente por isso, e contra o critério mantido pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos em sentenças contra a França e a Itália, várias associações feministas difundiram – no contexto da conferência internacional para a cooperação que se celebrava em Haia – uma proposta formal à ONU de convénio para a abolição da figura de maternidade de substituição, seguindo o modelo histórico da abolição da escravatura.



Antes do Nepal, tiveram difusão mundial alguns escândalos, como o do casal australiano que contratou uma mãe de aluguer na Tailândia, mas não quis aceitar o filho nascido com síndrome de Down. Mais recentemente na Grã-Bretanha, uma mãe arrependida viu como os juízes entregaram o seu filho à pessoa que tinha contratado a substituição.

Como se fosse pouco, cada vez se conhece melhor o risco de

complicações no processo de gestação, que afeta as mães de aluguer ou as jovens que vendem os seus óvulos. Na Índia, houve várias mortes.

Grégor Puppinck, do Centro Europeu para a Lei e a Justiça, um dos promotores da petição “No maternity traffic” na Europa, aplaude que esquerda e direita se encontrem “na defesa do humano e no respeito da pessoa”.

É também um dos objetivos da organização La Manif pour tous, que lançou o seu particular Tour de France 2015 pela família, destinado a denunciar “o escândalo da mercantilização das crianças e a escravização das mulheres”. Tem prevista uma vintena de conferências.

(com autorização de www.aceprensa.pt)



PANORAMA

A contribuição dos imigrantes para mitigar população envelhecida

Uma boa notícia para os leitores europeus: segundo o relatório “[Ser jovem na Europa de hoje: tendências demográficas](#)”, publicado pelo Eurostat, a esperança de vida de 2002 a 2012 aumentou em 2,5 anos nos países membros da União Europeia (UE). Mais dois anos e meio para desfrutar do merecido descanso após uma vida de trabalho, para ir passear com os amigos a sítios remotos ou para passar as manhãs a jogar petanca...

Vários fatores se conjugaram para o tornar possível. O ingrediente de viver em democracia – que o relatório não nomeia, mas que

alguns especialistas consideram como bom incentivo para gozar de mais anos – pode contribuir para alongar a vida, e é complementado por outros, como o progresso da medicina, a maior educação em temas de saúde, o incremento dos cuidados preventivos, ou a maior atenção a hábitos de vida saudáveis (em termos de exercícios físicos e dietas, por exemplo).

No entanto, existe uma “pequena dificuldade”, e reside em quem pagará a conta dos passeios, o preço das bolas da petanca e das necessárias revisões médicas e hospitalizações de um segmento populacional que, ao viver mais

tempo, irá exigir logicamente maiores cuidados.

E a verdade é que o próprio documento apresenta perspectivas nada otimistas, devido ao envelhecimento populacional não ser compensado pela geração mais jovem, que é quem no futuro deveria sustentar os idosos. Os menores de 29 anos, que constituíam 40 % da população total da UE em 1994, em 2014 eram 33,3 %, e em números absolutos baixaram de 193 para 168 milhões. E a percentagem dos reformados com idade superior a 65 anos, aumentou até 18,5 %, quase um em cada cinco habitantes.

»»



Ao constatar o declínio da população laboral, os especialistas dissecam o problema – que não se trata apenas de pagar as pensões de amanhã, como de relançar a economia de modo a possibilitar a manutenção dos níveis de bem-estar – e constataam, por um lado, que a taxa de fecundidade caiu para níveis preocupantes, ou até inultrapassáveis. O número ideal de 2,1 filhos por mulher soa risível nalgumas regiões europeias.

Segundo o relatório do Eurostat, o momento talvez mais “otimista” foi 2008, quando a taxa de fecundidade foi de 1,61 filhos por mulher. Depois, com a irrupção da crise económica, os números pioraram, e chegaram em 2012 a 1,58. Não se passa o mesmo em todo o lado: a França e a Irlanda

exibem taxas notáveis (ambas com 2,01), mas uma andorinha não faz a primavera, e para o constatar encontramos o caso espanhol (1,32), o português (1,28) e o polaco (1,30).

Por outro lado, a idade de ter filhos foi-se dilatando cada vez mais entre 1995 e 2013. Exemplo típico: Espanha e Itália, onde as mulheres dão à luz pela primeira vez passados já os 30 anos de idade, quase se lhes aproximando a Grécia, com 29,9 anos. Em países da Europa Central, como a República Checa e a Hungria, essa idade aumentou uma média de 4 anos; alemãs e holandesas também ocorrem tarde à sala de partos: com 29,3 e 29,4 anos, respetivamente.

E equação final? Pois, por um lado, uma maior percentagem de reformados: os *baby boomers* da década de 1960 (e ainda os mais velhos do que eles, que são uma galopante maioria em sítios como as Astúrias, a Baixa Saxónia ou o Sarre), esperam ver pago o seu trabalho com um descanso bem remunerado; por outro, os trabalhadores jovens são um bem escasso, ou demoram a nascer. E a variável a clarificar é a sustentação do modelo.

Quem pode contribuir para o salvar? Os imigrantes. Os que chegam com vistos turísticos e decidem não regressar? Ou os que vêm ao abrigo de um plano de estudos e descobrem ser melhor opção ficar nesta parte do globo? Será que quem tem menos recur-

»»



sos à sua disposição, arrisca a sua vida entre as ondas do *Mare Nostrum*, se esconde entre os contentores de um transporte de carga que cruza a fronteira greco-turca, ou aguarda no monte Gurugu (em Marrocos) o momento propício de saltar o muro para um pequeno pedaço da Europa em solo africano?

Sim, todos eles, analfabetos e universitários, subsarianos e árabes, ex-classe média e pobres de toda a vida, procuram uma melhor existência na Europa e, como efeito colateral, vão ajudar a Europa a subsistir.

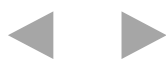
A necessidade dos chegados recentemente é mais clara em cer-

tos sítios do que noutros. Embora em 2012 a população comunitária tenha aumentado em 17 países, em geral, a causa mais importante não foi o crescimento vegetativo (incluindo os filhos da população imigrante, sempre mais jovem). Entre esses países, nos primeiros lugares encontram-se alguns dos que recebem mais estrangeiros: Luxemburgo (o seu elevado nível de rendimentos é um íman que não falha), Malta (um dos primeiros sítios onde tocam terra os botes de imigrantes), Suécia (pela sua conhecida tradição de acolhimento aos refugiados) e a Grã-Bretanha (talvez porque a “rainha dos mares” colhe os frutos de ter sido metrópole de tantos).

Nos outros 11 membros da UE, pelo contrário, as suas populações decresceram. Como na Lituânia e na Letónia, que nem foram império nem são países líderes no plano económico, pelo que não são ainda um fruto tentador. Juntamente com elas, a Bulgária e a Hungria veem diminuir o seu número de habitantes devido à sua taxa negativa de substituição natural: mais mortes do que nascimentos.

As origens e os motivos para o imigrante são muito diversos, e o [Eurostat](#) auxilia-nos novamente. Os ucranianos assumem que na vizinha Polónia encontrarão maiores possibilidades de emprego e prosperidade, e constituem pelo

»»



número, a primeira massa de imigrantes com destino ao país vizinho: quase 172 000 em 2013; os turcos lançam mão dos seus laços familiares na Alemanha (chegaram uns 18 600 nesse ano), pois os seus avós vieram reedificar um país que necessitava de mão de obra convidada nos anos do “milagre alemão” (muito recomendável a leitura de “Cabeça de Turco”, de Günter Wallraff), enquanto que os chineses aproveitam o bom acolhimento que lhes dá a Itália no mercado laboral (chegaram mais de 19 000 somente nesse ano), e tanto assim é, que na toscana Prato, meca do bom têxtil desde a Idade Média, tomaram conta da produção de tecidos e atentaram contra o prestígio do *made in Italy*.

Assim, do aumento populacional experimentado pela UE em 2012, só 20 % é atribuível ao crescimento natural. Os 80 % “restantes” têm a sua raiz na imigração, perante a qual talvez conviria “afrouxar” a mão, tanto pelo necessário dever de acolher quem sofre perseguição e miséria no seu país, como pela constatação de “que nos estamos a reduzir”. E não só dar abrigo aos talentos capazes de erguer hipotéticos “silicon valleys” na geografia europeia, como também aos de baixa qualificação laboral.

Não obstante, a académica alemã Charlotte Höhn, diretora do Instituto Federal de Investigações Demográficas, nega-se a tratar os imigrantes como “ferramentas de

correção demográfica”, pois isso despersonaliza as suas histórias e dramas. Na sua perceção do fenómeno, reconhece que os imigrantes têm um índice de fecundidade maior do que o dos membros da UE, mas estima que não conseguiriam compensar o défice populacional de nenhum país porque são apenas isso: uma minoria, e porque, na medida em que se integram e prolongam a sua estadia, podem vir a assumir os mesmos padrões de fecundidade dos cidadãos originários da UE. Além disso, os imigrantes também envelhecem e precisam dos mesmos mecanismos de apoio social que os restantes, pelo que se “volta ao princípio. Vamos trazer mais para que sustentem também estes?”.

»»



Há igualmente quem duvide que a entrada de imigrantes em idade ativa possa compensar o envelhecimento da população. O economista Paul Collier, que examina as consequências da imigração na sua obra “Éxodo” (Ed. Turner; tradução para castelhano de “Exodus: How Migration is Changing Our World”, Oxford University Press), defende que a entrada de imigrantes ativos limita-se a proporcionar à sociedade ganhos fiscais temporários, que não po-

dem financiar a longo prazo o encargo dos pensionistas. O aumento da esperança de vida deveria ser compensado com um aumento da idade da reforma.

Por outro lado, muitos imigrantes querem também trazer os seus pais, e muitas vezes conseguem-no. Daí que não se possa presumir que os imigrantes reduzam, nem sequer temporariamente, a taxa de dependência. A *velha Europa* necessita de filhos, e a

imigração será sempre demasiado minoritária para compensar a falta de fecundidade dos europeus.

L. L.
(com autorização de www.aceprensa.pt) ■

**PANORAMA**

A lei do sangue

É raro hoje que não seja atendida uma reivindicação pedida por grupos *gays* que se sentem discriminados pela sua orientação sexual. Daí que tenha chamado mais a atenção que [o Tribunal de Justiça da União Europeia tenha estabelecido](#) que a proibição dos homossexuais doarem sangue pode ser justificada, como medida de precaução tendo em conta o maior risco de doenças infecciosas de transmissão sexual que acontece neste grupo. [Os números](#) sobre a maior prevalência do HIV e de outras infeções entre os homens homossexuais são eloquentes e ninguém os desmentiu.

As organizações *gays* alegam que o problema não é o sexo entre

homens, mas os comportamentos sexuais de risco em que cada um possa incorrer, independentemente de qual seja a sua orientação sexual. Mas isto somente desvia a questão, pois então há que perguntar por que é que neste grupo – menos de 2 % da população – se generaliza um estilo de conduta sexual que faz com que na Europa, 42 % das novas infeções por HIV correspondam a homens que têm sexo com homens, e que as infeções neste grupo estejam a aumentar.

Compreende-se que às organizações *gays* lhes irrite esta proibição permanente de doar sangue, existente em mais de cinquenta países, o que na sua opinião esti-

matiza os homossexuais. Se a conduta homossexual é considerada tão normal e saudável como a heterossexual, porquê esta discriminação? E, certamente, é paradoxal que países que introduziram em pouco tempo reformas legais para dar em quase tudo o mesmo tratamento aos homossexuais, se tenham aferrado a esta proibição permanente de doar sangue, embora possa haver modos mais personalizados de selecionar os potenciais doadores.

Nalguns países foi até reconhecido o casamento *gay*, mas a doação de sangue continua proibida. É o caso da Holanda que, em 2001, efetuou o primeiro casamento *gay*, mas onde ainda não

»»



se admite a doação de sangue por parte de homossexuais. O mesmo acontece na Bélgica, Noruega, França, Argentina, onde os casais do mesmo sexo podem ir perante o juiz para se casar, mas não ir ao hospital para doar sangue. Nos EUA, foi mais rápida a mudança de leis sobre o casamento gay que a da doação de sangue, que continuou proibida, embora em 2014 a FDA tenha recomendado alterar a norma. No liberal Canadá, os gays podem doar sangue... depois de cinco anos de abstinência, o que parece mostrar certa prevenção sobre a sua conduta sexual.

Grã-Bretanha, Suécia, Finlândia, Austrália ou Japão conformam-se com um ano de abstinência. Curiosamente, na Rússia de Putin, a homossexualidade não é uma

contraindicação para doar sangue. Pelo contrário, na Alemanha de Merkel, é. Em Espanha, os homossexuais podem doar, embora o interrogatório inquisitorial que precede a doação vá excluir bastantes deles, pertencentes a um grupo que correspondeu a 51 % das novas infeções por HIV em 2013.

Este panorama indica que, perante as reivindicações de grupos homossexuais, alguns países estiveram mais dispostos a mudar uma instituição milenar como o casamento, do que a modificar as normas sobre a doação de sangue. Se se querem, por que não?, foi suficiente para abrir o casamento aos casais homossexuais. Mas, o facto de quererem fazer um gesto altruísta como doar sangue, não foi suficiente razão

para ser permitido. Será que estamos mais abertos a fazer experiências com o casamento do que com a saúde?

A mencionada sentença do Tribunal de Justiça europeu admite que, neste tema, um tratamento distinto para os homossexuais pode ser legítimo, se o exigir a situação de saúde e a necessidade de proteger o interesse geral. Nem toda a discriminação é arbitrária nem injusta. É um critério que pode ser valioso também na altura do debate sobre o casamento, a adoção e o melhor modo de proteger a estrutura familiar.

I. A. ▣



PANORAMA

“O Desafio”

“The Walk”

Realizador: Robert Zemeckis
Atores: Joseph Gordon-Levitt; Ben Kingsley; Charlotte Le Bon
Duração: 123 min.
Ano: 2015

Em 1974, o francês Philippe Petit atravessa a pé sobre um cabo o espaço aéreo entre o topo das duas Torres Gêmeas de Nova Iorque. O filme retrata a história deste acontecimento e de que forma um rapaz atraído pela profissão de funambulista de circo, concretiza uma façanha deste

tipo, sem usar nenhum cabo de segurança nem qualquer tipo de rede protetora.

Os obstáculos que vai enfrentar são muitos: a oposição da família que não aceita a sua vocação; os treinos a que se submete; as primeiras travessias entre as torres da catedral de Notre Dame de Paris; os fracassos que o motivam a superar-se; a formação constante apoiada no melhor dos mestres e, por fim, a decisão de realizar um sonho “impossível” considerado ilegal e perigoso...


O rapaz começa por criar uma pequena equipa e discute em conjunto um plano. Marcam uma estratégia e definem a data. No dia combinado, alguns elementos do grupo abandonam-no, mas ele não desiste e alcança o objetivo! No entanto, a total dedicação ao seu projeto, fê-lo descuidar as atenções para os que lhe estão próximos. Não tivera presente que para andar nas alturas é útil manter os pés bem assentes na terra...



Tópicos de análise:

1. Aprender com os fracassos impulsiona futuras vitórias.
2. Selecionar um bom mentor potencia as capacidades de cada um.
3. Indicar claramente os objetivos torna eficaz o trabalho de equipa.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE 





DOCUMENTAÇÃO



Os coveiros do capitalismo

Segundo muitos autores, a crise económica de 2008 foi uma das mais profundas de toda a história do capitalismo, comparável às de 1929 e de 1973. Para alguns, o modelo de crescimento capitalista precisa de retoques; outros assinalaram que está ferido de morte e é necessário agora avançar para uma transformação da economia de mercado se se quiser evitar o acentuar das desigualdades sociais. Vários ensaios recentes partilham esta abordagem.

Num momento como o atual, em que a política é economia e a economia suscita preocupação devido aos seus efeitos sociais e ambientais, a possibilidade de mudar o

paradigma económico não deixa ninguém indiferente. Exemplo disso é a polémica provocada em 2013 pelo economista francês Thomas Piketty com “O Capital no século XXI”, um volumoso estudo sobre a desigualdade que se converteu num sucesso de vendas.

Cresce o fosso

Desde então, a preocupação pelo danoso fosso entre os mais ricos e os assalariados converteu-se no tema predominante do debate público. Este assunto centrou, por exemplo, as críticas aos programas de austeridade recomendados pelas instituições internacionais como remédio para a crise económica. Provocou igualmente

a irrupção de movimentos mais comprometidos com a luta social no espectro político de esquerda, mas também está a reclamar uma resposta a partir do conservadorismo (ver “Aceprensa”, 4.11.2015: [“Conservadores com cabeça e coração”](#)).

Piketty não se limitou apenas a mostrar que os rendimentos do capital nos dois últimos séculos cresceram de uma forma mais pronunciada e rápida que os do trabalho: também previa que uma economia com um cariz tão liberal aumentaria exponencialmente o fosso entre os mais ricos e os restantes.





Crescimento sustentável

Tal como outros economistas, por exemplo, o renomado Joseph Stiglitz, antigo economista chefe do Banco Mundial, que publicou “La gran brecha” (Taurus, 2015), Picketty denunciou que o modelo de crescimento capitalista não era sustentável. Também para Anthony Atkinson, economista britânico que tem vindo há mais de quarenta anos a dedicar-se a temas de pobreza e desigualdade, a distância crescente entre o capital e o trabalho mina um sistema que precisa do motor do consumo incessante e da promoção do crédito, mas que espolia justamente a classe média que os pode fomentar.

Daí a oposição às políticas de austeridade e o regresso ao key-

nesianismo, depois de uma etapa marcadamente neoliberal. A verdade é que à desigualdade se acrescenta, na opinião de alguns analistas, o paradoxo de que os custos da saída da crise recaem principalmente sobre aqueles que mais perderam com ela e que, a continuar, estão destinados a ficar mais para trás. Não é de estranhar que seja tão preocupante, juntamente com as consequências económicas da desigualdade, a desconfiança da população para com os políticos e os financeiros, uma desconfiança que põe em perigo, como indica Atkinson, a coesão social.

Desigualdade, descontentamento, conflito de classe... A todos estes efeitos se juntou a mudança climática e a tomada de consciência dos efeitos que a exploração in-

discriminada provocou sobre a Natureza. É este conjunto de elementos – os económicos, os sociais e os ambientais – os que procura conciliar o desenvolvimento sustentável.

Corrigir o capitalismo

A pergunta de fundo – que fizeram, certamente, pensadores de diversas orientações, mas abordada também pelo Papa Francisco na sua última encíclica ao recordar os limites da economia de mercado – é se o capitalismo pode enfrentar estes problemas e favorecer um crescimento equilibrado.

Depois de analisar as causas da desigualdade, Atkinson propõe em “Inequality: What Can Be Done?” (Harvard University Press, 2015)

»»



15 medidas para reduzir o fosso económico. São mais radicais, certamente, do que as vias fiscais apresentadas por Piketty, que propõe um imposto global sobre o capital, mais transparência financeira e políticas inflacionistas. Mas, como se indica em “The Economist” (6.6.2015), não se afastam das típicas iniciativas da esquerda e procuram ainda solucionar a desigualdade e melhorar as condições de vida através da função corretora do Estado.

É também a estratégia de Stiglitz, que no seu último trabalho atribui a culpa do desequilíbrio a uma política demasiado conivente com o setor financeiro. Assim, a política deveria enfrentar os embates privatizadores e assegurar que o Estado será o protagonista nos processos de globalização e de inovação tecnológica. Desse mo-

do, as debilidades do mercado atenuar-se-iam com mais regulação. Por exemplo, em vez de deixar que o desenvolvimento da tecnologia vá destruindo empregos, pressupõe-se que as políticas públicas deveriam dirigir os investimentos e incentivar ou assumir aquelas que protegem o trabalhador e melhoram o seu poder de compra.

Atkinson considera que a igualdade só poderá obter-se garantindo um salário mínimo à população e estabelecendo um máximo. Espera ativar a procura com políticas públicas e justifica inclusivamente que o Estado deve ser o primeiro e mais importante empregador numa sociedade. Mas como se pagariam os custos destas novas responsabilidades? Aumentando a carga fiscal dos que têm maiores rendimentos. Mas nos países –

como os nórdicos – em que o Estado proporciona mais prestações sociais, foi sempre preciso cobrar mais impostos a todos, não apenas aos mais ricos

Pós-capitalismo

Mais radical é “Postcapitalism: A Guide to our Future” (Allen Lane, 2015), um ensaio de Paul Mason, jornalista económico muito conhecido na Grã-Bretanha, que gerou bastante polémica nos meios de comunicação social britânicos ao prever o esgotamento do modelo neoliberal. Para Mason, a política intervencionista ajuda a mitigar no curto prazo as desvantagens, mas não é suficiente para pôr fim a um sistema que, como o capitalista, garante o lucro de poucos, enquanto acentua a desigualdade à custa dos trabalhadores, dos pensionistas e dos mais necessitados.





De Mason se disse o mesmo que há dois anos se comentou de Piketty: que é o novo Marx. As suas ideias receberam o elogio da esquerda mais radical, com Slavoj Žižek e Naomi Klein à cabeça. Mas, para lá da batalha ideológica, o interesse da sua obra reside no facto de expor um modelo económico alternativo ao existente. Outra questão é que seja viável.

Pode dizer-se que o mais relevante da sua análise não é tanto a visão extremamente negativa do neoliberalismo – a quem culpa, certamente, por todos os males dos últimos séculos –, nem a

sensação de que existe uma con-fabulação financeira que nos engana e explora, mas a pretensão de atualizar a crítica marxista no contexto da economia de colaboração e da sociedade da informação.

Minado pela tecnologia

Muitas das suas afirmações são duvidosas. Por exemplo, parte da tese de que a capacidade de adaptação do capitalismo está concluída e isso aconteceu devido ao impacto de um dos seus frutos mais importantes: a tecnologia. O avanço tecnológico iluminou novas atitudes sociais, mais genero-

sas, menos hierárquicas, com maior espírito de colaboração, e abriu nichos que são cada vez mais importantes economicamente, alheios à lógica do mercado e chamados a destruir a primazia do capital.

Com efeito, para o autor de “Post-capitalism: A Guide to our Future”, a sociedade da informação obriga a transformar os pressupostos essenciais da economia capitalista; concretamente, afeta e modifica a dinâmica da formação de preços, altera a conceção do direito de propriedade e dinamita a organização do trabalho.



O mercado funciona como forma ótima de intercâmbio quando os recursos são escassos; assim aconteceu tradicionalmente nas transações sobre produtos e serviços. Pelo contrário, adverte o jornalista britânico, não serve quando o principal objeto de intercâmbio é a informação: esta é um bem abundante, que pode ser partilhado sem implicar o seu consumo e é reproduzido indefinidamente. Além disso, não tem, digamos, um proprietário natural, pois cresce pelas sucessivas contribuições de inúmeros indivíduos. Esta é a razão pela qual é

tão complicada a regulamentação jurídica na sociedade da informação: as tecnologias provocam a erosão do mecanismo normal da formação de preços.

Igualmente, segundo Mason, a crescente difusão de iniciativas cooperativas e a sua relevância económica e social enfraquece o direito de propriedade tradicional.

E o que acontece com o trabalho? Alguns especialistas defendem que a tecnologia será capaz de automatizar a produção de bens e serviços, o que implicará a redu-

ção do tempo de trabalho. Já estamos igualmente a assistir à modificação das formas de organização laboral: as decisões descentralizam-se, opera-se em rede, caem as hierarquias e valoriza-se cada vez mais a criatividade. Por isso, Mason conclui facilmente que, no seio do capitalismo, estão a acontecer fenómenos que apontam para uma forma económica diferente da neoliberal.

J. C. ▣



DOCUMENTAÇÃO



Uma mudança não apenas económica

Não se devem negligenciar os fundamentos marxistas de Paul Mason. “A principal contradição do capitalismo contemporâneo”, explica, “é a existente entre a possibilidade de produzir socialmente bens gratuitos e abundantes, por um lado e, por outro, o sistema de monopólios, bancos e governos que lutam pelo controlo do poder e da informação”.

Sob este prisma, o fim do neoliberalismo é inexorável, embora ainda se deva atravessar por uma etapa de transição. É nela que a ação direta da sociedade e do Estado poderão ser imprescindíveis. Isto faz recordar demasiado as propostas dos regimes comunistas, que também falavam do fu-

turo desaparecimento do Estado, enquanto na etapa de transição robusteciam o papel do Estado e anulavam o mercado.

Algumas das diretrizes apresentadas por Mason para “orientar esta etapa de transição” são parecidas com as pensadas pelos críticos da desigualdade, desde Piketty até Stiglitz, mas as intenções são diferentes. Mason exige que o Estado deixe de oferecer alibi legal aos interesses fraudulentos da casta financeira e capitalista: deve deixar de servir as grandes empresas e as grandes fortunas e, em vez disso, adotar políticas que promovam os modelos de negócio cooperativos e desinteressados, não comerciais.

Apesar de, segundo o autor de “Postcapitalism: A Guide to our Future”, a ação do Estado ser “somente metade da história”, e ser mais radical a contribuição dos indivíduos, nos assuntos em que a sociedade joga a sua sustentabilidade, como o ambiente, a política demográfica ou energética e a regulação da imigração, a legislação estatal ainda é insubstituível.

Nichos alheios ao mercado

No fundo, todas as suas propostas têm uma única intenção: conseguir espaços para que a cooperação, a colaboração, o altruísmo e a gratuidade ganhem terreno ao mercado.





De modo geral, confia em que espontaneamente se estenderão modelos de negócio e atividades sem fins lucrativos, mas nalguns setores, como o energético, é contundente: a aceleração da mudança climática exige medidas excepcionais e urgentes, mesmo antes da chegada definitiva do pós-capitalismo. As fontes energéticas deveriam ser incontestavelmente públicas e a legislação teria que limitar de forma contundente o uso dos combustíveis fósseis, sem concessões, premiando o consumo de energia limpa. Esperar que os mecanismos de mercado resolvam os problemas ambientais é ilusório, diz Mason.

Mas, poderão existir intercâmbios alheios ao mercado? A *sharing economy* ou economia de colabo-

ração não é estritamente um mercado: os agentes não procuram obter lucros, nem atuam movidos apenas pelo objetivo do lucro, intercambiando e cooperando para satisfazer as suas necessidades. Na etapa de transição, o quadro jurídico deveria promover os projetos cooperativos, que são capazes de dinamizar o desenvolvimento partilhando, guiando-se por princípios de justiça social e responsabilidade coletiva e relegando os retornos económicos.

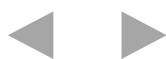
O inimigo, o mercado

Pouco a pouco gerar-se-ia, graças ao trabalho em rede e às novas tecnologias, uma economia alternativa à do mercado neoliberal e que iria paulatinamente encurralando-a até fazê-la desaparecer.

Mason é concreto na procura de instrumentos para reduzir e erradicar os monopólios e não tem dúvidas em propor uma revisão dos direitos de propriedade. Assim, mostra-se defensor do fomento da utilização das licenças Creative Commons, que considera mais adequadas para o contexto pós-capitalista, pois a renúncia dos inventores e criadores a alguns dos seus direitos mostra justamente a atitude benevolente e filantrópica do indivíduo no novo sistema económico.

As suas restantes medidas vão na mesma linha: o não pagamento da dívida pública – pois pagá-la, segundo Mason, é contribuir para o desenvolvimento do capitalismo –, socializar o sistema financeiro – com a nacionalização dos bancos

»»



e uma regulação mais exaustiva da atividade financeira, entre outras medidas –, reconhecer o direito de um rendimento básico a todas as pessoas, etc.

Utopia ou realidade?

Pode soar utópica a proposta de Mason; em muitos casos, as suas opiniões são demasiado ideológicas; noutros, não consegue superar a censura absoluta de um sistema que, como o capitalista, também obteve grandes resultados na luta contra a desigualdade. Isto, e a virulência ideológica com que estigmatiza igualmente os elementos mais sensatos do capitalismo, é o que lhe acusaram os seus principais críticos.

Por exemplo, demonizar o mercado é demonizar também a concorrência e leis que serviram para embaratecer o preço de produtos básicos. O não pagamento da dívida pública pode colocar em risco a capacidade de alguns países para enfrentar os custos dos seus programas de assistência social e os intercâmbios altruístas são pouco eficazes para assegurar a satisfação das necessidades da população mais pobre. E é maniqueísta e simplista essa narrativa de bons e maus agentes económicos. De financeiros perversos e vítimas ingénuas. Muito menos avança com um plano para pagar os custos desta etapa de transição.

O mérito de “Postcapitalism: A Guide to our Future” é ajudar a refletir sobre a possibilidade de um sistema económico alternativo ao que, na opinião de alguns, foi responsável pela crise e que gerou tanta suspeita para com o capital e a atividade empresarial. Talvez por isso, o livro de Mason se tenha convertido num ensaio de referência para os críticos do sistema e num *bestseller* no mundo anglo-saxónico e, apesar dos seus defeitos, é como que uma bússola para a Nova Esquerda.

J. C. ■

Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)

AESE Lisboa

Júlia Côrte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt